



O ESTUDO DOS PROTESTOS POPULARES NA NOVA HISTÓRIA POLÍTICA¹

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4114

Daniele Faenello, UEM

Palavras Chave:

Nova História Política;
Movimentos Sociais;
Protestos Populares.

Resumo

A história recente do Brasil é permeada por ações de movimentos sociais e protestos populares, os quais, em geral, ocupam as ruas para exigir direitos para as minorias. Partindo deste objeto de estudo, este artigo pretende fazer uma breve análise das possibilidades teóricas e metodológicas da Nova História Política e da Historiografia Marxista Britânica, utilizando o método de revisão bibliográfica. A pesquisa demonstrou que a Nova História Política é uma tendência recente, discutida e teorizada pelos franceses da terceira geração da *École des Annales*. Esta renovação teórica possibilitou o estudo de diferentes abordagens e objetos, e, dessa forma, os protestos populares puderam ser analisados, por exemplo, sob o viés da biografia dos personagens envolvidos; a partir do diagnóstico da opinião pública; observando a influência exercida pelas mídias institucionais e alternativas na formação e desenvolvimentos dos protestos e até mesmo as ideias políticas presentes no seio do grupo. Na metodologia defendida pelos marxistas britânicos, os protestos são vistos no contexto de relações e confrontos de classes, ou seja, são nas lutas e movimentos que a totalidade do desenvolvimento histórico é entendida. Em suma, eles entendem a consciência histórica como uma ajuda para compreender as possibilidades de transformações e, ao abordar as lutas individuais e coletivas por liberdade e igualdade, o historiador pode proporcionar uma melhor compreensão histórica do acontecimento e das pessoas.

¹ Artigo apresentado à disciplina de Metodologia em História Política, do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Introdução

O estudo dos movimentos sociais e protestos populares na Nova História Política é uma tendência recente, discutida e teorizada pelos franceses da terceira geração *dos Annales*. Além dela, outra tendência historiográfica que se destaca na análise dos protestos sociais é a marxista britânica. Com um olhar no estudo dos movimentos sociais, este artigo pretende fazer uma breve análise das possibilidades teóricas e metodológicas da Nova História Política e da Historiografia Marxista Britânica.

A revisão teórica dos *Annales*

A história ocidental nasceu política. Ao escrever as primeiras narrativas, os gregos não só exaltavam os grandes heróis e teorias filosóficas como também os acontecimentos políticos do estado, ou seja, a historiografia estava intimamente ligada ao poder. Falcon (1997) nos explica que as tendências que se seguiram tiveram poucas alterações. Na Idade Média o modelo grego foi seguido, com histórias múltiplas ligadas a política. As historiografias renascentista e humanista introduziram uma crítica às fontes e lendas, trazendo modificações significativas, porém, mantiveram seu enfoque na formação dos Estados. A Ilustração e o Humanismo acentuaram ainda mais a tendência ao político. Por fim, a historiografia positivista colocou o Estado como objeto da produção histórica. O mesmo autor nos alerta, todavia, que nos habituamos a chamar a historiografia produzida a partir de 1870 de positivista, mas, na verdade, essa seria uma definição equivocada, e poderíamos chamá-la de historiografia metódica, já que utilizavam um método para dar um caráter cientificista. Nessa fase se acentuou o caráter linear, factual e narrativo, pois acreditavam narrar os acontecimentos tal como eles se passaram. Foi também no século XIX que Marx e Engels, Tocqueville, Burckhardt, Dilthey, e

outros, produziram textos com caráter histórico. A historiografia deste período deixou como contribuição a abordagem da sociedade, economia e cultura, além de outros fatores que ajudavam a explicar processos políticos. Até as 3 primeiras décadas do século XX, portanto, a história não havia deixado de ser política.

Em 1929, Lucien Febvre e Marc Bloch iniciam um movimento conhecido como *École des Annales*, propondo uma ampliação no domínio da história. A partir desse movimento, os historiadores dos *Annales* entenderam seu objeto de estudo como sendo o homem em um contexto temporal, passando assim a redefinir conceitos, tais como documentos, tempo e fato histórico. Uma das ações que chamam a atenção, no entanto, é a condenação veemente da história política, recebendo, dentre outras acusações, o título de elitista, narrativa, ideológica, parcial, subjetiva, psicologizante (Ferreira, 2000). Nas palavras de Jacques Julliard:

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista, e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa aos pontos precisos e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual. (1988, p.180 e 181).

Contudo, é preciso lembrar, a história política já havia sido criticada anteriormente, no início do século XX, por intelectuais da sociologia, filosofia, geografia, além do movimento historicista, com repercussão no âmbito da história das ideias (Falcon, 1997). Além disso, o autor salienta que a queda da história política tradicional e a constituição da nova

história política ocorreu entre os historiadores franceses dos *Annales*, de 45 a 68/70. Assinala, portanto, nos países como Alemanha, Itália, EUA, Grã-Bretanha e Brasil, a história política não parou de ser produzida. Para ele, na França ela foi renegada e estigmatizada como factual.

Sirinelli (1997) explica que História Política foi abandonada especialmente pela segunda geração dos *Annales*, de Fernand Braudel, pois considerava positivista, porém, se recupera progressivamente a partir dos anos 70. Essa retomada da legitimação da história política trouxe consigo uma reformulação em sua definição e autonomia, entretanto ele reitera que essa autonomia não é independência, pois se relaciona com outras temáticas, como social e econômica.

O renascimento da história política foi possibilitado pelo lançamento da edição de 1971 da Revista dos *Annales*, cuja proposta chamada *Nouvelle Histoire* incluía novas abordagens, novos métodos e novos objetos de pesquisa. Isso foi possível também através do surgimento da ciência política e das mudanças da sociologia, onde os modelos metodológicos permitiram uma diferenciação do político e do factual. A interação com outras disciplinas também possibilitou trocas: psicologia social, direito público, psicanálise, linguística e informática tornaram-se importantes ferramentas para o historiador. (Rémond, 2003). A retomada foi liderada pelo historiador René Rémond, simbolicamente representado pelo lançamento de seu livro *A História Política*, lançado na França em 1988. Nele, o historiador revê os caminhos percorridos pela história política, defendendo novas formas de fazê-la ao propor uma renovação nos métodos e objetos de estudo. Esta era uma tendência já iniciada pelos historiadores que compuseram a *Nouvelle Histoire*, onde os "esquecidos da história" passaram a ser lembrados, e dessa

forma, mulheres, prisioneiros, operários e estrangeiros passaram a ser reconhecidos em seu papel histórico (Rémond, 2003). Em "Por uma História Política", o historiador demonstra a diversidade de temas os quais podem ser explorados no contexto da história política. As **eleições**, ou o estudo do comportamento eleitoral como forma de investigação, além da possibilidade de análises quantitativas. Os **partidos políticos** enquanto reflexo das aspirações e interpretações de uma parcela significativa da população. A **biografia** como "o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova da vida" (Rémond, 2013 p.114). A **opinião pública** e sua ambiguidade, ou seja, a maneira de influenciar os acontecimentos e ser influenciada por eles. A **Mídia** e seu papel na construção da opinião pública ou a forma como manifestantes, governantes, partidos políticos ou diferentes grupos podem agir para pressioná-la. Os **intelectuais**, sobre os quais Rémond acentua "o comportamento político dos intelectuais mereceria por si só um estudo" (2013 p. 231). As **ideias políticas** cujo o historiador teria capacidade de sintetizar, considerando diferentes abordagens, discursos, signos e símbolos políticos. **Religião e política**, considerando que a primeira interfere na segunda. **Política interna e externa**, através da relação de uma com a outra.

Não obstante, Berstein (2009) afirma que o principal objetivo da história política proposta por René Rémond era de aplicá-la aos questionamentos das ciências humanas e sociais, da ciência política e principalmente aos novos horizontes da história cultural, através da cultura política. Para o mesmo autor, cultura política é entendida pelos historiadores como um grupo de representações, com normas e valores formadores da identidade das grandes famílias política, indo muito além do conceito de partido político. Afirma ainda ser possível concebê-la como uma

visão global do mundo, compartilhada por grupos sociais, referente a natureza dos problemas relativos ao poder ou mesmo sobre o lugar ocupado pelo homem. Ou, em uma definição de Kuschnir e Carneiro refere-se a “um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (1999, p. 227).

Em outras palavras, Rémond defende o estudo da cultura política como um conjunto de representações, rivais entre si, determinantes na visão que o homem tem da sociedade. Essa cultura política faz parte de um contexto de cultura global, porém, com elementos referentes a esfera política. Ela apresenta características do seu tempo e espaço, variando, portanto, conforme o grupo social, as tradições, a religião, o lugar, a época, a civilização a qual faz parte. Esses elementos estão interligados, fazem parte de um todo homogêneo, ajudam, portanto, a explicar fenômenos ou acontecimentos (Berstein, 2009).

Berstein (2009) também explica características específicas da cultura política. A primeira delas é o substrato filosófico, podendo ser uma doutrina, um conjunto de comportamentos, interpretações e reflexões sobre questões sociais. Após esta fundamentação, vêm as referências históricas, quando se busca "armas históricas" para justificar e fundamentar interpretações, sejam dados, textos, fatos simbólicos ou personagens. Ao se debruçar sobre a cultura política, o historiador sabe ser plurais, com raízes filosóficas e históricas diversas, e, conseqüentemente, distintas concepções de poder. Este estudo pode ser feito também a partir da posição de grandes famílias políticas, que, embora não sejam definidas como partidos, são organizações, associações, periódicos, livros, enfim, grupos que podem vir a assumir formas partidárias quando chegam a maturidade, mas também ser

atitudes, tomadas de posição e ações de forma protopartidárias.

Berstein (1998) demonstra que um indivíduo começa a elaborar sua cultura política ao longo de sua formação intelectual, a partir da sua aprendizagem e acontecimentos vivenciados ao longo de sua existência. Com o tempo, essa acaba sendo interiorizada e o indivíduo comunga desta visão de mundo com outros membros, em um fenômeno coletivo. A partir do seu estudo é possível compreender o que leva o sujeito a ter determinado comportamento político. O autor acredita também que essa seria uma resposta mais satisfatória com relação a outras propostas de análises existentes até então, a tese marxista daria uma explicação determinista pela sociologia, a idealista sucumbiria a doutrina política e outras teses seriam elaboradas por sociólogos ou mesmo psicanalistas.

Sobre a história política cultural no Brasil, Ângela de Castro Gomes (2005) explica que nos anos 1980 as teses e dissertações desenvolvidas produziram uma revisão historiográfica ampliando o campo de análise da ação política, permitindo um novo olhar sobre um conjunto de comportamentos individuais e coletivos, fazendo com que novos atores fizessem parte do cenário da análise da história política. Esses estudos abordavam as relações sociais de dominação, sejam elas do campo ou da cidade e estavam relacionados com as reflexões em torno da Nova História Política e sua articulação com a História Cultural. Com isso, além de temas já abordados, como classe social e ideologia, são introduzidas outras categorias, como etnia, gênero, pacto, negociação e cultura política. A autora acredita que esta historiografia rejeita a linearidade e a previsibilidade, afastando generalizações e formalizações, impedindo verdades ou esquemas preestabelecidos. Com ela vem uma nova recusa teórica, onde os dominantes não anulam os dominados, portanto, trabalhadores e escravos são sujeitos da

própria história.

A História Política no marxismo britânico

Embora os *Annales* tenham sugerido um renascimento da História Política, Falcon, chama a atenção para o fato dela nunca ter sido deixado de ser produzida. Sobre isso, lembra que após a Segunda Guerra Mundial

[...] cresceu a leitura, discussão e circulação dos trabalhos produzidos por Gramsci, Lukács e pelos membros da Escola de Frankfurt, entre outros. [...] Na Inglaterra, por exemplo, o grupo de historiadores reunidos até 1956, à sombra do Partido Comunista britânico, fundou o *New Left Review*, ponto de partida para o chamado marxismo inglês de historiadores como Hobsbawm, Anderson, Hill e sobretudo Thompson, além de intelectuais de outras áreas das ciências humanas, como R, Williams. Na França, começando por Sartre e Goldmann, o marxismo assumiu, a seguir, a perspectiva difundida por Althusser, Poulantzas, Badiou, Rancière e diversos outros nesta mesma linha. Na história propriamente dita, cabe mencionar as obras de Vilas, Souboul, Vovelle, Duby, entre outros. Com algumas variações, o quadro poderia ser descrito para a Itália, Alemanha, Estados Unidos e outros países. (FALCON, 1997, p. 72)

No artigo “O legado de E. P. Thompson ao estudo das multidões e dos protestos populares”, Sidnei Munhoz (2012) faz uma síntese das diferentes abordagens de protestos sociais até a década de 1950, avaliando-as superficiais e preconceituosas. Sustenta que as ações de multidões começaram a chamar a atenção durante a Revolução Francesa de 1789, quando o francês Hyppolite Taine e o inglês Edmund Burke abordaram esse fenômeno sob um viés conservador, estereotipando os sujeitos pertencentes

aos movimentos e buscando desqualificá-los. Michelet, também é lembrado, mas analisa que, embora tenha abordado de uma perspectiva diferente, pouco contribuiu para a quebra no estereótipo dos movimentos. Referente a história tradicional, observa na década de 40 uma visão preconceituosa. No marxismo ortodoxo, observa que o movimento encarava os protestos como uma disposição de luta para o proletariado, mas as julgava desorganizadas ou sem projeto político próprio. Sob este viés, os protestos eram vistos com uma disposição espontânea, defasada e desorganizada, por isso a necessidade de organizar os movimentos e partir de sindicatos e partidos. Por outro lado, pensadores das elites europeias, preocupados, trataram de caracterizar os conflitos de multidão como pessimismo e barbárie. Munhoz exemplifica com os trabalhos de Scipio Sighele e Gabriel Tarde, propondo discutir crimes coletivos e o grau de responsabilidade de indivíduos participantes dessas ações. O autor cita Le bon e a forma como acreditava no indivíduo participante de ações coletivas tomado por uma sensação de invencibilidade o que faziam com que acabasse cedendo a instintos que não cederia se estivesse isolado. Lembra também de Rosa Luxemburgo, destacada por abordar as multidões em seus estudos, tentando compreender seu espontaneísmo e o contexto da luta de classes, embora este tipo de estudo tenha sido renegado no final do século XIX e início do seguinte. Sobre Lenin, lembra que o proletariado é agenda da revolução, mas não consegue produzir consciência própria, trazida por intelectuais advindos da pequena burguesia. Com tudo isso, o historiador lembra uma reflexão de Dieter Groh, que sugere que o estudo de multidões é um problema conceitual principalmente por estar atrelado a noção de espontaneísmo. Para Groh, ao atrelar-se a este rótulo, os conflitos deixam de ter uma análise mais aprofundada, por isso, utiliza a terminologia "não organizados". Sobre

análises superficiais elaboradas com base no marxismo, Munhoz aponta Elgels e sua defesa da pesquisa histórica detalhada de diferentes formações sociais, sem que tentem encaixá-las em conceitos pré-fabricados ou análises e concepções prontas.

Apesar desta pasteurização das análises, houveram sinais de ruptura dentro do próprio marxismo. O primeiro autor lembrado por Munhoz (2012) é Georges Lefebvre e seu estudo das ações de multidões durante a Revolução Francesa. Lefebvre analisou a multidão dentro de um contexto histórico e social, reconsiderando a perspectiva de multidão destruidora, inconsciente e instintiva, tornando-se um dos primeiros historiadores a fazer uma história vista de baixo, abrindo precedentes para que outros historiadores expandissem ente forma de pesquisa, sendo Hobsbawm, Thompson e Rudé três principais representantes.

Dentre todos estes trabalhos que perduraram no contexto da história política, destacamos o grupo dos Historiadores Marxistas Britânicos, nascido a partir da década de 50, por intelectuais de esquerda que se propuseram a construir um modelo de análise da sociedade vista de baixo para cima. O grupo era composto por historiadores filiados ao Partido Comunista Britânico, sendo E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Christopher Hill, Rodney Hilton, George Rudé, Dorothy Thompson, Royden Harrison, John Saville, Victor Kiernan, George Thomson, Raphael Samuel, Maurice Dobb e Dona Torr os principais expoentes. A partir desta época, não sem conflitos, participaram de discussões e de publicações de revistas que questionavam o comportamento do próprio Partido Comunista Britânico e, juntos, Thompson e demais intelectuais ajudaram a compor a Nova Esquerda Inglesa. Sobre as reuniões e o trabalho do grupo, Fenelon (2014) aponta esse contexto de "debates,

discussões, papers, exposições, críticas e reuniões" responsável pela formação intelectual desses historiadores, pois estavam comprometidos com "as definições e teorizações de uma política cultural nacional-popular que valorizasse o povo, a nação e sua luta histórica pela democracia" (Fenelon, 2014, p.43).

Keye (1989) diferencia este trabalho da proposta de "história vista de baixo" de Marc Bloch e Lucien Febvre, isso, pois, para ele, a história das mentalidades elimina a consciência, a ação e a dimensão política das relações humanas, não podendo ser uma base para história vista desde baixo. Outra crítica é que a escola não trataria com a importância devida as estruturas sociais e de classe, ou, nas palavras de Genovese, citadas pelo autor, "niega la importancia de las relaciones de producción, de autoridad y explotación, dentro de un momento histórico dado" (Genovese apud Keye, 1989, p.205). Apesar das diferenças e aparente falta de diálogo, Silva (1997/1998) afirma que os historiadores britânicos tiveram uma reação positiva aos *Annales*, graças as traduções das obras para o francês e a interdisciplinaridade das universidades inglesas. Em outro momento a autora demonstra a admiração do historiador E. P. Thompson pelos trabalhos do francês Marc Bloch, chegando a referir-se a ele como "praticante do materialismo histórico" (SILVA, 1997/1998, p.94).

Ao apresentar os Historiadores Marxistas Britânicos, Keye (1989) afirma que, diferentemente das demais escolas, estudam as experiências de camponeses e trabalhadores juntos, no contexto das relações e confrontos de classes históricas específicas, não perdendo de vista a dimensão política, pois entendem as relações de classe sempre supondo dominação e subordinação, luta e acomodação. Não só entendem a importância do estudo das classes baixas, como os consideram participantes ativos da formação da história, "más que meras

vítimas pasivas” (Keye, 1989, p.208), ou seja, suas lutas e movimentos são significativas para entender a totalidade do desenvolvimento histórico. Outra característica que os destaca é a ênfase da oposição e rebelião, sendo que, ao mesmo tempo, são conscientes acerca das limitações destas lutas, mas não reduzem a oposição dos trabalhadores do campo ou da cidade em mera histeria política ou atividade criminal.

A despeito da criação coletiva, Keye afirma que estes historiadores se destacaram ainda por ampliar conceitos, como o conceito de classe. Em seus estudos analisam as experiências das classes baixas como processo ativo. Ele afirma que com frequência os historiadores marxistas têm estado mais interessados nas posições de classe do que nas fraturas sociais qualitativas expressas na dinâmica das relações e nos conflitos de classe. Sobre isso, explica:

Em sus esfuerzos por superar el modelo base superestructura y su tendencia inherente al determinismo económico, los historiadores marxistas británicos no rechazan la determinación en favor del voluntarismo. Tampoco rechazan la proposición de que el ser social determina la conciencia social o la formulación del ser social como modo de producción. No rechazan la determinación estructural en favor del voluntarismo, aunque rechazan el determinismo y subrayan la importancia de la acción. (KAYE, 1989, p.213).

Dentre os historiadores britânicos, E. P. Thompson interpreta os protestos de multidões como estratégias de resistência ao avanço do capitalismo, produzindo o que Munhoz (2012) chama de uma consciência embrionária de classe. Thompson cria o conceito de economia moral, constituindo um conjunto de regras, valores e normas compartilhado por um grupo e instrumentalizados nos protestos, o que negaria a tese de que os

protestos eram espontaneístas. Ao contrário de muitos historiadores tradicionais, ele abrangia temas como "política popular, tradições religiosas, rituais, conspirações, baladas, pregações milenaristas, ameaças anônimas, cartas, hinos metodistas, festivais, danças, listas de subscrições, bandeiras etc." (MUNHOZ, 2012, p.235).

Sobre o livro *The Making of the English Working Class*, de Thompson, (lançado no Brasil em 1987, com o título "A formação da classe operária inglesa") Müller e Munhoz sustentam que o historiador reconhece o caráter coletivo da opressão dos trabalhadores ingleses, mas também trabalha com experiências individuais de artesãos e trabalhadores não-qualificados, e dessa forma, experiências individuais exemplificam experiências coletivas. Nesta obra, Thompson interpreta a quebra de máquinas como uma ação organizada, com objetivos e resultados. Além disso, entende que a classe operária inglesa teria nascido em torno dos anos 1830, sendo influenciada pela Revolução Francesa e pela Lei da Reforma sobre a Classe Média. Concomitantemente, sua consciência de classe foi sendo formada.

Para Bosetti, 2011, ao centrar sua pesquisa na ação dos sujeitos, na experiência humana e no mundo material e cultural, Thompson construiu uma nova perspectiva de história e abriu o horizonte de possibilidades para as ciências sociais, isso sem perder a perspectiva política, visando a emancipação política e humana. Para entender as experiências individuais e coletivas, Thompson parte do princípio de que são historicamente produzidas pelos indivíduos em seu cotidiano, portanto, esse é o ponto de partida para identificá-las (Bosetti, 2011).

Em Gohn, essa observação do cotidiano das camadas populares compõe o legado metodológico de Thompson para a análise dos movimentos sociais, pois é durante a vivência que os sentimentos de injustiça podem surgir e expressar-se

socialmente através das revoltas populares " São momentos de ruptura da ordem na vida das pessoas e não da ordem social mais ampla" (Gohn, p.206). Além disso, a socióloga observa que através dos trabalhos de Thompson é possível perceber os mecanismos de resistência da classe trabalhadora, seja por meio da rebeldia, da luta para manter as tradições e costumes, de protestos ou de motins e quebra de máquinas.

Sobre a historiografia brasileira, Ângela de Castro Gomes (2005) lembra como Thompson a influenciou, sendo possível perceber a hierarquia existente entre a própria classe trabalhadora, evidenciando as relações de poder existentes tanto para os dominantes quanto para os dominados.. Também o estudo da trajetória individual do operário passou a ser tema de pesquisa, onde através dele seria possível analisar as ideias, ou a categoria de pensamento, imaginário e cultura política.

Conclusão

Na pesquisa historiográfica, os movimentos sociais podem ser analisados sob diversas óticas. A renovação teórica da Nova História Política francesa possibilitou o estudo de diferentes abordagens e objetos. Dessa forma, os estudos dos protestos populares podem ser pensados sob o viés da biografia dos personagens envolvidos, ou então como um diagnóstico da opinião pública. Outras possibilidades são de reconhecer a influência de mídias institucionais e alternativas na formação e desenvolvimentos dos protestos; ou formação das ideias políticas no seio do grupo ou investigação de uma possível influência internacional. Além disso, a partir do conceito de família política, apresentado por Berstein, pode-se se fazer um estudo da formação e organização do Movimento Passe Livre, reconhecendo suas interpretações, seus fatos simbólicos, tomadas de decisões, ações e comportamento político.

Na metodologia defendida pelos marxistas britânicos, os protestos são vistos no contexto de relações e confrontos de classes, ou seja, são nas lutas e movimentos que a totalidade do desenvolvimento histórico é entendida. Os trabalhos de Thompson, em especial, são muito enriquecedores metodologicamente, pois ele se debruça sobre a experiência humana para entender um contexto de experiências individuais e coletivas. Ele nos mostra que é no cotidiano, ou seja, nos relatos, danças, diários, músicas folclóricas, panfletos, enfim, nas ações vivenciadas que o sentimento de injustiça aparece e é nessa análise que o historiador deve se debruçar.

Por fim, os historiadores marxistas britânicos entendem que a consciência histórica pode servir como uma ajuda na compreensão das possibilidades de transformações e, ao abordar as lutas individuais e coletivas por liberdade e igualdade, o historiador pode proporcionar uma melhor compreensão histórica do acontecimento e das pessoas.

Referências

- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In Rioux, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Coord.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p.349-363.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografias. In: AZEVEDO, Cecília et. all. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p.29-46.
- Bosetti, Cleber José. Thompson e as ciências sociais: possibilidades metodológicas para pensar os movimentos sociais contemporâneos. **Plural, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.69-86, 2011.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. O Grupo e os estudos culturais britânicos: E. P. Thompson em contexto. In: MULLER, R G. Adriano, L D. **E. P Thompson: política e paixão**. Chapecó: Argos, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. O Grupo e os estudos culturais britânicos: E. P. Thompson em contexto. In: MULLER, R G. Adriano, L D. **E. P Thompson: política e paixão**. Chapecó: Argos, 2012.